

CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

TIPO PENAL	CONDUTA	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Contratação de operação de crédito	Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa ou com inobservância de limites/exigências ou quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite legal	Reclusão (1 a 2 anos)	
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar de despesas não empenhadas ou que excedam o limite estabelecido em lei	Detenção (6 meses a 2 anos)	Não importa se a despesa foi ou não inscrita para que haja consumação. É crime formal
Assunção de obrigação no último dia de mandato ou legislatura	Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa	Reclusão (1 a 4 anos)	É crime próprio . (Só por quem é detentor do mandato) É Crime formal . Não é necessário que o mandatário tenha intenção de prejudicar seu sucessor
Ordenação de despesa não autorizada por lei	Ordenar despesa não autorizada por lei	Reclusão (1 a 4 anos)	Não é punível quem executa a ordem e realiza a despesa

CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

TIPO PENAL	CONDUTA	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Prestação de garantia graciosa	Prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual/superior ao da garantia prestada	Detenção (3 meses a 1 ano)	É crime formal (Não se exige que haja prejuízo ao erário)
Não cancelamento de restos a pagar	Deixar de ordenar/autorizar/promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei	Detenção (6 meses a 2 anos)	Conduta omissiva . Consuma-se quando se esgota o prazo para realização do ato. Deve ter havido vontade do agente (Não basta mero esquecimento)
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao término do mandato ou legislatura	Reclusão (1 a 4 anos)	É Crime formal . É crime de ação múltipla (Plurinuclear)
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	Ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia	Reclusão (1 a 4 anos)	"Sem que tenham sido..." = elemento normativo do tipo. É crime formal